
A sustentabilidade das microfinanças solidárias

Rodrigo Gravina Prates Junqueira
Ricardo Abramovay

RESUMO

O Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária atua nos três estados da região Sul do País e procura ampliar o alcance social da oferta de um conjunto variado de serviços financeiros. Neste trabalho, procura-se entender quais são e como se formam os mecanismos sociais promotores e indutores da sustentabilidade de uma organização de microfinanças de proximidade solidária, geradora de impacto positivo na vida de seus beneficiários. São estudados a estrutura e o funcionamento do Sistema Cresol e suas articulações, bem como os mecanismos utilizados pela organização para aumentar a capilaridade do crédito e de outros serviços financeiros. As redes, constituídas em suas bases por agricultores familiares, têm participação direta ou indireta nas organizações sociais locais, fomentam as relações de confiança, reduzem custos de transação e aceleram os fluxos de informação e a inovação. Essa rede social — na qual se estabelecem as inúmeras relações entre indivíduos e organizações — e o desenho de programas que buscam atender às reais necessidades dos beneficiários são ingredientes fundamentais para a sustentabilidade de um sistema de microfinanças de proximidade.

Palavras-chave: finanças de proximidade, microcrédito, microfinanças, redes sociais, agricultura familiar.

1. INTRODUÇÃO

O sistema bancário possui inúmeros mecanismos para reduzir a assimetria de informação inerente a toda e qualquer operação de financiamento. Os mais convencionais consistem basicamente na obtenção de garantias patrimoniais e contrapartidas, no exame detalhado do projeto ao qual o crédito se destina e no recolhimento de dados objetivos que mostrem a história individual de cada tomador. Utilizam-se técnicas estatísticas para o estabelecimento de uma espécie de escala de credibilidade, na qual o gerente do banco vai apoiar-se para decidir se concede ou não o empréstimo (FERRARY, 1999).

Além dos custos que essa operação envolve, é evidente que ela tende a excluir populações que vivem em situação de pobreza ou que não possam oferecer contrapartidas bancárias significativas. Ao mesmo tempo, a literatura in-

Recebido em 11/junho/2003
Aprovado em 19/outubro/2004

Rodrigo Gravina Prates Junqueira, Engenheiro Agrônomo, Mestre em Ciência Ambiental pelo Programa de Ciência Ambiental (Procam) da Universidade de São Paulo (CEP 05508-900 — São Paulo/SP, Brasil), é Analista de pesquisa socioambiental no Instituto Socioambiental (ISA).
E-mail: rodrigojunqueira@socioambiental.org.br

Endereço:
Instituto Socioambiental (ISA)
SCLN 210, Bloco C, Sala 112
70862-530 — Brasília — DF

Ricardo Abramovay é Professor Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e do Programa de Ciência Ambiental (Procam) da Universidade de São Paulo (CEP 05508-010 — São Paulo/SP, Brasil).
E-mail: abramov@usp.br

ternacional é praticamente unânime (YARON, 1994; RUTHERFORD, 1998) em mostrar a imensa e diversificada necessidade de liquidez por parte de populações desprovidas do patrimônio e das contrapartidas habitualmente exigidas pelos bancos. Essa necessidade acaba traduzindo-se na formação de um conjunto muito variado de organizações capazes, em grande parte, de superar esses limites, emprestando para pessoas pobres montantes tão pequenos que seriam incompatíveis com os custos das organizações bancárias tradicionais. Um traço comum dessas organizações reside na sua capacidade de reduzir custos de transação bancária por meio de organização social.

O Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária — que atua nos três estados da região Sul do País — organiza-se em uma rede, buscando formas de diminuir os custos e ampliar o alcance de seus serviços por meio de mecanismos de controle social dos serviços financeiros, denominados pela literatura internacional recente de finanças de proximidade (SERVET e VALLAT, 2001). O desenvolvimento desse Sistema sustenta-se não somente pela densidade dessa rede associativa local, mas também pela admiração que provoca em grande parte das organizações governamentais e de cooperação internacional da Europa, por estar construindo uma estrutura sólida que consegue ampliar a oferta de serviços financeiros a uma população historicamente excluída do acesso aos bancos.

A experiência do Sistema Cresol vem demonstrando claramente que é possível combater a exclusão financeira e social por meio de organizações financeiras não-bancárias, representando, assim, um dos mais vivos exemplos de inovação institucional no meio rural brasileiro. Dentro desse contexto, o objetivo principal neste trabalho é entender quais são e como se formam os mecanismos sociais promotores e indutores da sustentabilidade de uma organização de microfinanças de proximidade solidária, geradora de impacto positivo na vida dos seus beneficiários.

A hipótese central do trabalho é que a constituição de grupos comunitários solidários dentro de uma organização de microfinanças rurais de proximidade cria um sistema eficaz de gestão e controle por meio de redes sociais, sustentadas pela articulação e pelos laços de confiança entre os agricultores e as organizações, que dinamizam as oportunidades sociais e financeiras de seus cooperados.

Essa hipótese é formulada a partir de dois referenciais teóricos: por um lado, a economia da informação, que se mostra de grande valia para entender e analisar as microfinanças de proximidade; por outro, a imbricação da sociologia econômica e da economia institucional.

2. A SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE MICROFINANCIAMENTO

Apesar das inúmeras polêmicas geradas em torno das definições e concepções sobre as distintas modalidades finan-

ceiras destinadas a populações pobres, as diferentes correntes são praticamente unânimes em afirmar que seu objetivo principal é ampliar o alcance do financiamento de modo a atingir aqueles que não interessam ao sistema financeiro tradicional. As diferenças fundamentais repousam nos princípios e metodologias empregados para atingir tal objetivo principal, com destaque para a questão da sustentabilidade financeira dos programas.

Podem-se citar o microcrédito, as microfinanças, as microfinanças descentralizadas, as microfinanças de proximidade ou, ainda, as finanças solidárias como os termos mais empregados para definir tais iniciativas. Esses termos são operacionalizados pelos bancos de desenvolvimento, pelas cooperativas de poupança e crédito, pelos bancos cooperativos e pelas instituições de microfinanças, algumas delas representadas pela chamada indústria das microfinanças.

O microcrédito, a mais antiga das denominações, é o mais comumente empregado para definir uma operação de empréstimo de pequenos montantes de recursos (em geral, até US\$ 500,00). Nessa modalidade não se considera a possibilidade da captação da poupança local. Já o microfinanciamento, segundo Gentil e Nieuwkerk (1998), é caracterizado por possibilidade e incentivo à captação de poupança e investimento da população local atendida pelas organizações.

A década de 1990 foi marcada pela proliferação e pela consolidação de experiências no campo das microfinanças. Essas inúmeras experiências, disseminadas principalmente pelo Terceiro Mundo — com destaque para o Grammen Bank, em Bangladesh; o Banco Rakyat, na Indonésia; o Banco para Agricultura e Cooperativas Agrícolas, na Tailândia; o Banco Sol, na Bolívia; entre outros —, começaram a mostrar resultados expressivos e a despertar interesse por parte de pesquisadores e formuladores de políticas públicas. No campo das ciências sociais, os trabalhos sobre microfinanças foram (e ainda são) verdadeiros laboratórios para estudar temas como a coesão de grupos sociais, mudanças institucionais, capital social e, em menor escala, diferentes modalidades de crédito em diferentes sistemas produtivos.

De forma geral, essas organizações demonstram que, apesar de trabalharem com um público que não possui garantias e demanda pequenas quantidades, representando altos custos de transação⁽¹⁾, são viáveis porque possuem baixa taxa de inadimplência, são pouco dependentes de subsídios e conseguem elevado alcance do público-alvo, ao mesmo tempo em que estão contribuindo para tirar uma parcela da população do estágio de pobreza em que se encontra (YARON, 1994).

O ano de 1997 foi um marco para as microfinanças, em virtude da grande Conferência Global sobre Microcrédito denominada *Microcredit Summit*, realizada em Washington DC, nos Estados Unidos. Na ocasião, celebrou-se o sucesso dessa promissora modalidade de enfrentamento da pobreza com um compromisso mais ousado: atingir a meta de financiamento para 100 milhões de famílias pobres até 2005 em todo o mun-

do. No Brasil, esse movimento, representado por experiências ainda tópicas e localizadas, até agora é pouco expressivo, mas tem potencial espetacular de crescimento.

Depois de certa euforia inicial espalhada pelos quatro cantos do mundo, autores como Gonzalez Vega (1998) e Morduch (1999; 2000) alertam que as virtudes e trunfos, até então pouco questionáveis, devem ser tratados com mais cautela.

Parece certo que alguns programas têm conseguido progressos consideráveis em termos de alcance e sustentabilidade. Isso lhes tem permitido expandir a oferta de serviços financeiros a clientelas desprovidas de garantias, feito que há pouco mais de duas décadas era considerado impossível.

Por outro lado, o número de programas realmente bem-sucedidos é bastante reduzido, uma vez que a sustentabilidade da maioria das organizações de microfinanças é muito questionável. Segundo Gonzalez Vega (2000), a história das microfinanças está repleta de intenções que acabaram fracassando devido à utilização incorreta de serviços financeiros com o propósito de alcançar resultados de maneira distorcida. O fracasso dessas tentativas causou inúmeros danos, e os principais prejudicados foram os próprios setores da população que se buscava beneficiar.

2.1. A assimetria de informação nas atividades de crédito: o desafio das microfinanças

O que está em jogo aqui é entender que toda transação financeira é um contrato intertemporal de cumprimento incerto. A troca entre o credor e o tomador não se apóia em bens materiais, mas na capacidade futura de honrar compromissos. A rentabilidade das organizações creditícias dependerá, portanto, da qualidade da avaliação de riscos, ou seja, da antecipação da confiabilidade dos devedores. Na origem da relação de troca, há uma assimetria de informação entre o tomador e o credor. Ambos possuem condições distintas para avaliar o risco envolvido no projeto financiado e na disposição em pagar (HOFF, BRAVERMAN e STIGLITZ, 1993). Essa assimetria de informação gera dois tipos de problema: a seleção adversa e o risco moral⁽²⁾.

Efetivar mecanismos de seleção e monitoramento coerentes com os propósitos das organizações — aliando sustentabilidade institucional, maior alcance do crédito e taxas de juros condizentes com as condições dos potenciais beneficiários — é a questão central das finanças de proximidade.

Muitas organizações de microfinanças insistem em pautar suas ações a partir de estratégias adotadas historicamente pelos bancos de desenvolvimento⁽³⁾. É possível afirmar que os critérios em que baseiam sua atuação — alcance e subsídios — não garantem a sustentabilidade dessas organizações financeiras, seja ela entendida no âmbito financeiro ou no social.

No entanto, uma série de organizações de microfinanças preconiza uma abordagem que valoriza acima de tudo a sustentabilidade financeira e que está sob a proteção da crescente

indústria das microfinanças. Esse movimento enxerga o papel dos mercados financeiros como uma intermediação de recursos mais eficiente para atenuar o problema dos elevados riscos nas operações de crédito e seus altos custos de transação.

Essa visão vem sendo bastante difundida entre organismos internacionais, dentre eles o *Consultative Group to Assist the Poorest* (CGAP), agência do Banco Mundial especializada em microfinanças. Segundo esse ponto de vista, uma boa organização de microfinanças é aquela que apresenta princípios de um bom banco comercial e que terá a capacidade de crescer sem depender das políticas dos doadores. Essa organização será capaz de servir mais e melhor o público-alvo do que programas subsidiados. O que está em jogo aí é o acesso ao crédito e não propriamente quanto custa esse crédito, ou seja, existe a demanda por crédito e não exclusivamente por crédito barato com taxa de juros subsidiada.

É bem verdade que as assim chamadas **melhores práticas** devem ser levadas em conta para a efetividade de um programa de microfinanças. Porém, privilegiar a qualquer custo práticas sustentáveis de gestão financeira em detrimento de um olhar mais reflexivo e ponderado sobre a conveniência de manter ou não subsídios pode tirar, em determinados casos, o foco do objetivo principal desses mecanismos de financiamento, que é o impacto social positivo, visando à melhoria da qualidade de vida das famílias (ZELLER e SHARMA, 1998).

Contudo, não é possível negar que a sustentabilidade econômica de uma organização de microfinanças é condição para que possa prestar um serviço eficiente a seus associados e contribuir para difundir, no plano local, a noção da responsabilidade individual sobre os empréstimos tomados. Isso não significa, entretanto, que uma organização dessa natureza não possa atuar como intermediária de políticas governamentais de subsídios ou transferência de renda. É o que acontece hoje, por exemplo, na relação entre o Sistema Cresol e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A política é subsidiada, mas esses subsídios não se transferem para as cooperativas de crédito, embora elas atuem na sua intermediação.

O importante é reconhecer que existe, para qualquer organização de microfinanças que pretenda cumprir seus objetivos econômicos e sociais, um *trade-off* entre os objetivos de ampliar a base social em direção aos mais pobres e de garantir a saúde financeira da entidade.

As microfinanças de proximidade pretendem alcançar justamente a virtude de reduzir a separação entre saúde financeira e alcance de objetivos sociais, como vem mostrando a experiência do Sistema Cresol. Lapenu e Wampfler (1997) observam que os sistemas de microfinanciamento — pelo intuito de responder de forma duradoura às demandas e ao mesmo tempo buscar atingir gradativamente seu equilíbrio financeiro — privilegiam sobretudo a proximidade geográfica, temporal e social com seu público, além da liberdade de utilização dos fundos sem fins produtivos.

Esses sistemas privilegiam uma gestão socioeconômica na qual a percepção subjetiva do potencial tomador de empréstimo pelo credor e a aquisição compartilhada de informações gerais e específicas conseguidas por meio das redes sociais vão ser determinantes na decisão de conceder ou não empréstimo. Portanto, para as organizações de proximidade, princípios e métodos tendem a ir além de uma única estratégia de pagamento: constituem um conjunto de atributos e condições necessárias e indispensáveis para o cumprimento de seus objetivos. É o que será examinado a seguir.

2.2. Microfinanças de proximidade: as condições necessárias para a sustentabilidade

A experiência do Grammem Bank (YUNUS, 2000), abordada em inúmeros estudos, mostra claramente a construção de um sistema de microfinanças de proximidade, merecendo destaque quatro aspectos não-triviais: a distinção entre microfinanças e microcrédito; o potencial de mobilização da poupança e do investimento locais; o financiamento conjunto das unidades de consumo e de produção; e as redes de relações sociais entre indivíduos como modalidade não-patrimonial de garantia.

Abramovay (2001a) alerta que a maneira unilateral de encarar o potencial beneficiário como mero receptor de recursos financeiros é um preconceito enraizado nas organizações nacionais e internacionais que trabalham com o tema. A necessidade de captar poupança — tanto quanto de conceder empréstimos — é um elemento fundamental tanto para a sustentabilidade da organização creditícia quanto para a satisfação das necessidades do público excluído do acesso ao sistema bancário. Isso pode ser comprovado pelos estudos feitos por Robinson (1994) ao mostrar que, para a maioria da população empobrecida, o investimento é mais importante do que o crédito.

Não se pode negar que, em muitos casos, uma primeira reserva garantida é destinada a satisfazer necessidades urgentes antes de se pensar em investir. Porém, a existência de um forte setor financeiro informal rural é um indicador bastante expressivo da capacidade de mobilizar e captar esses recursos. O investimento e a poupança das famílias de baixo poder aquisitivo dependem da existência de instituições financeiras e serviços de poupança apropriados. Entretanto, a maioria das organizações de microfinanciamento tem oferecido apenas crédito e a mobilização de poupança constitui mera promessa (FIEBIG, HANNING e WISNIWSKI, 1999).

Weinmann (1998, *apud* CLEREX *et al.*, 2000) alerta que incluir a captação de recursos locais contribui para a sustentabilidade da organização por três razões:

- em primeiro lugar, a redução da dependência de recursos externos é facilmente notável;
- a seguir, criam-se interesses sociais por parte do beneficiário-investidor para com a organização. Taxas de juros mais perto das de mercado e medidas para reduzir a inadimplência

são aceitas mais facilmente. Nesse caso, trata-se de **dinheiro quente** — que é gerado e manejado por meio de relações de reciprocidade, ajuda mútua e compromissos sociais locais — em contraste com o **dinheiro frio** — que vem de fora e é temporário ou sazonal por definição;

- a terceira razão diz respeito à própria diversificação dos serviços financeiros, o que contribui para a diminuição dos riscos.

A grande dificuldade do mecanismo de captação voluntária é o custo envolvido na operação. Para garantir o recurso à poupança voluntária, deve-se possuir uma estrutura adequada de coleta que possibilite a administração de muitas pequenas contas. Estudos realizados por um grupo de trabalho criado pela CGAP (1996) em quatro organizações creditícias receptoras de empréstimos⁽⁴⁾ mostram que o número de poupadores supera o de tomadores de crédito em duas a oito vezes. Parece, então, muita ingenuidade e fatalismo imaginar que, por serem pobres, os beneficiários devem permanecer em estado de alerta aguardando o que está por ser distribuído.

Essa visão continuará vigorando enquanto os tomadores de decisão enxergarem as organizações de microfinanças como o fizeram historicamente com as organizações que trabalharam com financiamento rural durante anos: como programas sociais altamente subsidiados travestidos de financiamento (JUNQUEIRA, 2003).

O terceiro aspecto é a necessidade de distinguir a **qualquer custo** os financiamentos produtivos dos financiamentos destinados ao consumo da família, mesmo observando a *fungibility*⁽⁵⁾ do crédito, sobretudo para as famílias mais empobrecidas.

Muitas organizações consideram como **desvio** a atitude daqueles que não aplicam integralmente os recursos nas atividades produtivas. Zeller e Sharma (1998), em uma ampla pesquisa realizada em nove países em desenvolvimento, mostraram que nas famílias pobres não é possível separar as esferas de consumo das esferas produtivas⁽⁶⁾.

Na concepção dos autores, a visão disseminada, que consiste em emprestar somente para atividades produtivas estritamente definidas, raras vezes impede que as famílias rurais **desviem** os fundos de empréstimo produtivo às necessidades de consumo, pois as organizações de microfinanças não têm nem tempo nem recursos suficientes para supervisionar a utilização dos empréstimos. Isso reforça a necessidade de essas organizações ofertarem serviços financeiros que respondam efetivamente às demandas dos potenciais beneficiários: empréstimos que possam integrar-se ao conjunto das necessidades da reprodução familiar. Enfim, existe uma real demanda voltada às organizações de microfinanças na direção de desenharem produtos com livre disponibilidade para sua utilização, diferente do crédito dirigido e supervisionado nos moldes tradicionais.

O quarto aspecto a ser observado é a forma de garantia solidária encontrada pela maioria das organizações de microfinanças bem-sucedidas, ou seja, a forma desenhada para

resolver (ou atenuar) o problema de informação nas atividades de crédito.

A vasta literatura internacional sobre o tema aponta para a importância da confiança na pressão dos grupos solidários por meio de mecanismos de responsabilidade coletiva. Em muitos programas, a constituição de grupos é condição necessária para a tomada do empréstimo. Esses grupos são responsáveis pela seleção dos beneficiários, criando mecanismos que vinculam socialmente um tomador ao outro: a liberação de um empréstimo depende do pagamento do outro. São mecanismos que diminuem os custos de transação, facilitam o acesso aos serviços financeiros, não demandam garantias reais e ajudam a diminuir as taxas de juros e o índice de inadimplência por meio de um efetivo monitoramento **invisível** (LEDGERWOOD, 1999).

Otero e Rhyne (1994) demonstram que os grupos de empréstimo solidário não só ajudaram as populações mais pobres a gerar renda e emprego, como serviram como um potente recurso de fortalecimento e participação nas comunidades desprovidas de organização social. Muitos dos elementos dessa metodologia básica — os **grupos solidários** — derivam dos já difundidos modelos denominados *Rotating Savings and Credit Associations* (ROSCA)⁽⁷⁾.

Trabalhar por meio de tecnologias creditícias fundamentadas no indivíduo ou no grupo é uma decisão estratégica que a organização deve tomar. Nem sempre o grupo solidário é a melhor alternativa. Estudando as taxas de reembolsos dos empréstimos em Burkina Faso, Paxton (1996) assinalou que, em condições de crise, o não-pagamento de um membro pode causar um **efeito sistêmico** em toda a comunidade.

Essas formas adaptadas de pressão social levam os grupos solidários, obrigatoriamente, a assumir custos de transação e responsabilidades, isto é, aqueles que antes eram assumidos pelas organizações financeiras passam a sê-lo, em grande parte, pelos indivíduos — um aprimoramento institucional que requer condições sociais e mecanismos de gestão financeira e administrativa bastante avançados.

Observa-se que a conjunção desses quatro elementos é uma pista encorajadora para garantir a saúde financeira da organização, ao mesmo tempo em que se preocupa com as reais demandas dos beneficiários, princípio básico das microfinanças de proximidade.

3. REDES SOCIAIS E CONFIANÇA NOS SERVIÇOS FINANCEIROS

As práticas de gestão do Sistema Cresol alicerçam-se numa lógica muito próxima do que Coleman (1988) demonstra ao explicar o êxito de iniciativas econômicas pelo impacto das ligações sociais que o agente econômico estabelece com os membros de seu círculo de relacionamentos socioeconômicos.

A base dessa explicação pode ser complementada a partir do campo teórico da sociologia econômica, com destaque para Granovetter (1985), para o qual as ações econômicas são de-

terminadas pelo modo como se dão as relações sociais entre os agentes aí envolvidos. Essas relações sociais e econômicas estão **imersas**⁽⁸⁾ em redes de relações sociais, fundamentadas no poder estabelecido pela confiança recíproca, tanto para o desenvolvimento das interações de mercado quanto para o estabelecimento das interações sociais mais abrangentes. Essa **imersão** reforça o papel das relações sociais na geração da confiança e no desencorajamento da malversação, ao mesmo tempo em que não faz predições de ordem universal, assumindo que os detalhes de cada estrutura social serão determinantes para a análise de cada situação.

Ferrary (1999) faz um interessante estudo na fronteira entre a economia institucional e a sociologia econômica sobre a importância das redes de relações sociais na avaliação dos empréstimos bancários. O principal ensinamento é que as redes sociais — em razão dos compromissos que ligam alguns de seus membros e da natureza da informação que nelas circula — modificam a própria regulação econômica. Nesse contexto, o autor define redes sociais como grupos de indivíduos entre os quais a frequência de interações econômicas e a densidade das relações sociais permitem reduzir a incerteza ligada ao risco moral, permitindo discernir precisamente os membros desonestos dos honestos.

A primeira característica dessas redes é que a informação que interessa aos seus membros circula muito depressa e os efeitos da reputação disseminam-se rapidamente entre eles, conduzindo a uma assimetria de informações entre os membros e os não-membros da rede. A segunda é o reconhecimento pessoal existente entre os membros da rede: interagir com um dos membros pode equivaler a interagir com toda a rede.

Por trás de um suposto altruísmo, existe, de fato, uma racionalidade econômica cujos horizontes temporais e sociais são diferentes tanto do ideal típico do funcionamento dos mercados quanto do voluntarismo encantado da **economia solidária**, ou seja, a relação de confiança, na maioria das vezes, é construída com o objetivo de obter informações que otimizem as decisões. Essa otimização não se dá no quadro de uma troca única e interindividual, como supõe a teoria neoclássica. As instâncias tomadoras de decisões da cooperativa do Sistema Cresol, por exemplo, otimizam uma pluralidade de trocas no quadro de uma relação durável com o associado. Sob o ângulo teórico, o interessante é observar a coerência entre a abordagem que enfatiza as redes sociais e o fundamento das condutas de seus membros em princípios que podem ser estudados à luz do individualismo metodológico.

O custo e a dificuldade em diminuir a assimetria de informação nas atividades de crédito por meio dos métodos bancários tradicionais podem ser equacionados pela qualidade das ligações sociais entre os emprestadores e os credores nas finanças de proximidade: a densidade das relações interpessoais permite o acesso a informações inacessíveis num quadro de relações estritamente profissionais e com dados puramente **cadastrais**. A confiança toma, aqui, a forma de uma organiza-

ção social que permite trocas que não se realizariam num quadro de mercado idealmente organizado ou com base em informações puramente objetivas a respeito de patrimônio, renda, idade etc. Essas trocas serão regidas por uma relação de confiança, ainda que as informações captadas por cada um dos agentes reduzam o risco moral que influencia as trocas e favorece as antecipações positivas.

O cacife do agente econômico que concede o crédito é sair de uma interação puramente profissional para uma interação mais informal e **imersa** (*embedded*) na vida local. Essa proximidade afetiva e moral entre esse agente e o candidato ao empréstimo tem duas funções: permitir ao credor compreender melhor as especificidades da atividade profissional de seu cliente e conseguir informações às quais não teria acesso numa relação puramente profissional, podendo, inclusive, obtê-las de maneira indireta, por meio das redes sociais. Nota-se que, no caso das cooperativas de crédito, esses atributos estão construídos *a priori*, antes mesmo da existência dessas organizações financeiras, na maioria dos casos.

O laço social construído de maneira durável entre a cooperativa de crédito e os associados será determinante no cumprimento da missão institucional. A identificação das redes sociais e dos entrelaçamentos de convergência de informações para essas redes constitui uma dimensão fundamental da atividade dos dirigentes da cooperativa. O desenvolvimento da cordialidade ou da intimidade nas relações interpessoais, a troca de informações baseada em recomendações e a participação na vida social da comunidade visam inscrever as relações comerciais num contexto estratégico de trocas sociais.

Uma vez que a confiança entre instâncias diretivas da cooperativa e o associado é estabelecida, assiste-se a uma outra forma de regulação das trocas. A concorrência não se faz mais fundamentalmente em torno de valores e taxas. A negociação sobre os créditos e a concorrência sistemática com a rede bancária em torno de juros será menos importante que o horizonte de estabilidade na relação entre o cooperado e a organização. Isso dito, é interessante observar que as taxas de juros cobradas pelas cooperativas nos empréstimos e a remuneração paga na captação são sistematicamente mais interessantes que as dos bancos, o que se explica por seus menores custos de operação.

Essa menor sensibilidade às taxas em sentido estrito não deve ser interpretada simplesmente como altruísmo, mas como uma evolução qualitativa e temporal do cálculo de rentabilidade. A permanência da relação permite à organização financeira reduzir os custos de informações necessários para lidar com a incerteza. Por sua parte, o associado reconhecer-se-á negociando as condições dos serviços financeiros ofertados em função de uma gratidão presente e de uma grande confiança futura em sua cooperativa.

Por outro lado, a relação de confiança entre os membros da mesma rede social pode ser abastecida de novos associados. A existência de um laço social preliminar com algum membro da comunidade é determinante à chegada de novos sócios⁽⁹⁾.

As condições de existência e fortalecimento dos laços de confiança nas trocas econômicas são centradas em três aspectos, segundo Ferrary (1999): a proximidade geográfica dos contratantes; a temporalidade da relação de troca; a modificação da natureza da relação profissional.

A primeira condição necessária à construção do laço interpessoal de confiança é a proximidade geográfica, pois ela favorece a qualidade da relação interpessoal. Nesse contexto, é a proximidade física entre o dirigente e o associado que vai condicionar a qualidade da relação interpessoal.

A segunda condição é a inscrição da relação de troca na temporalidade, por meio da qual se reduz o custo do acesso à informação, pois isso permite uma aprendizagem mútua entre os agentes. O interesse dos credores é inscrever a relação de empréstimo numa lógica de jogo repetido com os mesmos jogadores, quando esses passam a aprender com a experiência e não numa lógica de transação única (AXELROD, 1997). A regularidade da relação é geradora de informações e fonte de aprendizagem. Dessa forma, todo associado que tem uma relação durável com sua cooperativa terá vantagem sobre os demais e poderá beneficiar-se de maior confiança da parte dos seus dirigentes⁽¹⁰⁾. Quando não há passado comum entre a cooperativa e o associado, falta uma parte importante para diminuir a incerteza que pesa sobre as transações, mesmo o associado tendo sido aceito em assembléia geral dentro das regras em vigor. As negociações sucessivas correspondem a uma aprendizagem mútua, sobre a qual se apóia a confiança que simplifica as negociações futuras. A confiança está ligada ao interconhecimento, que permite antecipar um comportamento confiável da outra parte e, assim, reduzir o risco moral na troca.

Mas a proximidade e a temporalidade da relação de troca não são suficientes para estabelecer um laço forte de confiança. A relação deve igualmente evoluir para que se crie um vínculo, para além da relação profissional, entre os agentes. Assim, a relação profissional dar-se-á num contexto de relações informais que consiste em mudar as informações sem laço direto com o projeto, que são, *a priori*, extraprofissionais. Inversamente, o tomador de empréstimo que quer ganhar a confiança de seu credor tem o interesse de conceder o máximo de informações e estabelecer relações de amizade com os agentes econômicos.

A personalização das relações supõe certo número de atos simbólicos, tais como os serviços pessoais que embasam a relação e passam a ser não mais de ordem estritamente profissional. A alteração de uma relação estritamente profissional para uma relação amigável é bastante diferente. Ela passa a não ser mais estritamente econômica e integra uma dimensão social e psicológica. Assim, para o credor, quando seu cliente falha, é a rede social que se mobiliza e não só o próprio credor. Inversamente, para um empresário que toma o empréstimo, falhar em seus negócios pode significar a perda da estima da parte de seu banqueiro e a destruição da confiança acumulada. À coerção jurídica e legal se acresce uma coerção moral e social.

No caso de uma cooperativa de crédito, o associado estará mais interessado e disposto a acessar os serviços financeiros disponíveis e participar dos espaços existentes para manter-se próximo à organização.

A seguir, será apresentada a metodologia utilizada para a investigação enfocada no presente estudo, e, posteriormente, a estrutura e o funcionamento do Sistema Cresol, junto com as evidências da rede social.

4. METODOLOGIA

Para o levantamento das informações, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com os agricultores que utilizam serviços financeiros, entrevistas com assessores da Base de Serviços (Baser) do Sistema Cresol e com dirigentes da cooperativa singular de Francisco Beltrão, entrevistas com dirigentes da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar)⁽¹¹⁾, visitas às propriedades de agricultores e coleta e análise de materiais e dados produzidos pelo Sistema Cresol e pela Assesoar. Essas entrevistas foram manuscritas de acordo com a relevância das informações coletadas dentro do propósito da pesquisa.

As visitas foram acompanhadas pelo técnico agrícola da cooperativa singular de Francisco Beltrão e, algumas delas, por assessores da Baser, já que as famílias a serem entrevistadas não tiveram nenhum tipo de contato anterior com a equipe de pesquisadores. Esses momentos foram importantes, já que possibilitaram aos pesquisadores o contato cotidiano com um dos momentos-chave do funcionamento de um sistema de cooperativas de crédito. A participação viabilizou o contato com representantes do conjunto das cooperativas singulares, possibilitando o mapeamento das interconexões da rede social.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária: a construção de uma rede solidária

Existiu entre os anos de 1989 e 1995 um Fundo de Crédito Rotativo, sob execução e responsabilidade jurídica da Assesoar, quando passou a ser administrado pelo Sistema Cresol. Nesse período, foram apoiados aproximadamente 180 projetos, com uma dotação orçamentária de R\$ 950.000,00 nos valores atuais. Isso não passa de R\$ 5.500,00 por projeto, e R\$ 158.000,00 por ano, num montante equivalente a 95 mil sacas de milho pelo preço mínimo oficial (ASSESOAR, 1997).

Já no início da década de 1990 começava-se a colocar em xeque a abrangência e a sustentabilidade administrativa e financeira desses fundos. A avaliação realizada por Miranda e Abramovay (1996) sobre a gestão e o impacto do Fundo de Crédito Rotativo administrado e executado pelo Centro Vianei de Educação Popular no Oeste Catarinense foi enfática em

apontar a ineficiência e o clientelismo como marca registrada dos fundos rotativos formados com recursos de organizações internacionais de desenvolvimento em diferentes áreas do Brasil rural. Com o intuito de privilegiar indivíduos e grupos que “participavam dos movimentos”, acabavam por perder seu caráter público e deixavam de contribuir para o processo de organização autônoma da sociedade civil na região. O resultado era uma mistura especialmente nefasta de clientelismo com inadimplência generalizada.

A conjunção de diversos fatores favoráveis no âmbito nacional e local em meados da década de 1990 cria condições favoráveis ao aprimoramento e à institucionalização de modalidades alternativas de financiamento, como as cooperativas de crédito. No âmbito nacional, o fim da cultura inflacionária, a partir do ano de 1994, e o fortalecimento da agricultura familiar como categoria, e no âmbito local, o resultado da longa história de lutas e conquistas, que implicou o amadurecimento institucional das organizações sociais, constituíram ingredientes fundamentais para o nascimento do Sistema Cresol, como forma de impedir que os fundos rotativos tivessem, no Sudoeste do Paraná, o destino que acabaram tendo em outras localidades do País.

Entre 1995 e 1996 foram criadas as primeiras cinco Cresols. A base inicial dessas cooperativas era formada por diversos grupos e associações de agricultores familiares articulados por meio do trabalho de organizações não-governamentais, sindicatos de trabalhadores rurais e pela própria igreja, que atuavam na região⁽¹²⁾.

As primeiras cinco cooperativas reuniram as condições para a constituição da Cooperativa Base Central de Serviços Cresol (Cresol-Baser), como forma de dar suporte ao sistema. Essa central tem papel fundamental, pois concentrou os esforços para garantir o funcionamento das cooperativas de crédito, que naquele momento careciam de informações básicas sobre o funcionamento e a gestão desse tipo de organização.

À medida que as primeiras cooperativas foram se estruturando, cresceu a demanda, tanto por parte das organizações de agricultores familiares como de prefeituras, pela criação de novas organizações financeiras nos moldes do Sistema Cresol em outros municípios. Entre 1998 e 1999, ocorreu a entrada do Sistema Cresol no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, quando foram criadas nove Cresols. Em 2000, com a mudança da resolução do Banco Central que regulamenta as cooperativas de crédito no Brasil, a Cresol-Baser alterou sua identidade jurídica, passando de uma Cooperativa Central de Serviços para uma Cooperativa Central de Crédito.

Seu desenvolvimento foi, ao longo dos anos, bastante acelerado. Em dezembro de 1995 a organização possuía 120 sócios, e em setembro de 2002 já contava com o extraordinário número de 25.780 associados, distribuídos em 67 cooperativas singulares filiadas — 38 no Paraná (regiões Sudoeste, Centro e Oeste), 15 em Santa Catarina (Oeste e Serrana) e 14 no Rio Grande do Sul (Erechim e Constantina) —, atuando em 198

municípios nesses três estados e repassando, na safra 2002-2003, aproximadamente R\$ 50.000.000,00 de crédito rural. O patrimônio líquido dos associados era de R\$ 8.145.000,00 e a poupança local⁽¹³⁾ de R\$ 25.757.000,00.

5.2. Premissas e objetivos: um sistema diferente

O Sistema Cresol pretende não apenas garantir o acesso dos agricultores ao crédito, mas também viabilizar o tripé do desenvolvimento social, econômica e ambientalmente sustentável. Na visão de seus dirigentes, o crédito é um meio para levar adiante um conjunto de objetivos ligados à luta pela justiça social e pela preservação ambiental, característicos do ambiente cultural em que se formaram as mais importantes organizações da sociedade civil do Sudoeste do Paraná desde, no mínimo, a fundação da Assesoar. Não se pode esquecer que o Sudoeste do Paraná foi o palco da famosa revolta de 1957, uma das raras, no Brasil, que resultou em vitória dos agricultores (ABRAMOVAY, 1981).

Nada menos do que 50,34% dos cooperados do Sistema Cresol se encontram organizados em algum grupo comunitário. O maior índice de organização está no Paraná (55,43%), justamente em virtude da história da região Sudoeste, como pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1
O Sistema Cresol Organizado

Estado	Associados Organizados em Grupos%
Paraná	55,43
Rio Grande do Sul	46,72
Santa Catarina	25,95
Total	50,34

Fonte: Cresol-Baser (2002a).

5.3. A rede do Sistema Cresol e suas relações

À luz das contribuições e análises sobre as redes sociais, apresenta-se o mapeamento do amplo espectro das relações sociais estabelecidas pelo Sistema Cresol, mostrando sua capacidade de tecer essa complexa rede e criar capital social, equilibrando o enraizamento na comunidade e a autonomia, vista como a capacidade de os indivíduos se relacionarem com grupos mais ampliados, mantendo, ao mesmo tempo, independência perante as autoridades políticas locais.

A apresentação dessa rede apóia-se nos trabalhos de Callon (1998). O autor afirma que o enquadramento é uma operação usada para definir agentes — indivíduos ou grupos — que são claramente distintos e dissociados. Entretanto, sugere o autor, todo enquadramento produz **transbordamento**, em virtude da impossibilidade de delimitar precisamente tal rede.

A figura da página seguinte, elaborada com base na técnica denominada ecomapeamento (LARGE, 1991), permite visualizar como se dá a presença dos diversos atores (locais, regionais, nacionais e internacionais) que apresentam uma interface direta ou indireta com o Sistema Cresol. O círculo pontilhado delimita a natureza e o tipo de vínculo entre os atores e o Sistema Cresol, ou seja, o que Callon (1998) chama de enquadramento.

À luz das contribuições e análises sobre as redes sociais, apresenta-se o mapeamento do amplo espectro das relações sociais estabelecidas pelo Sistema Cresol...

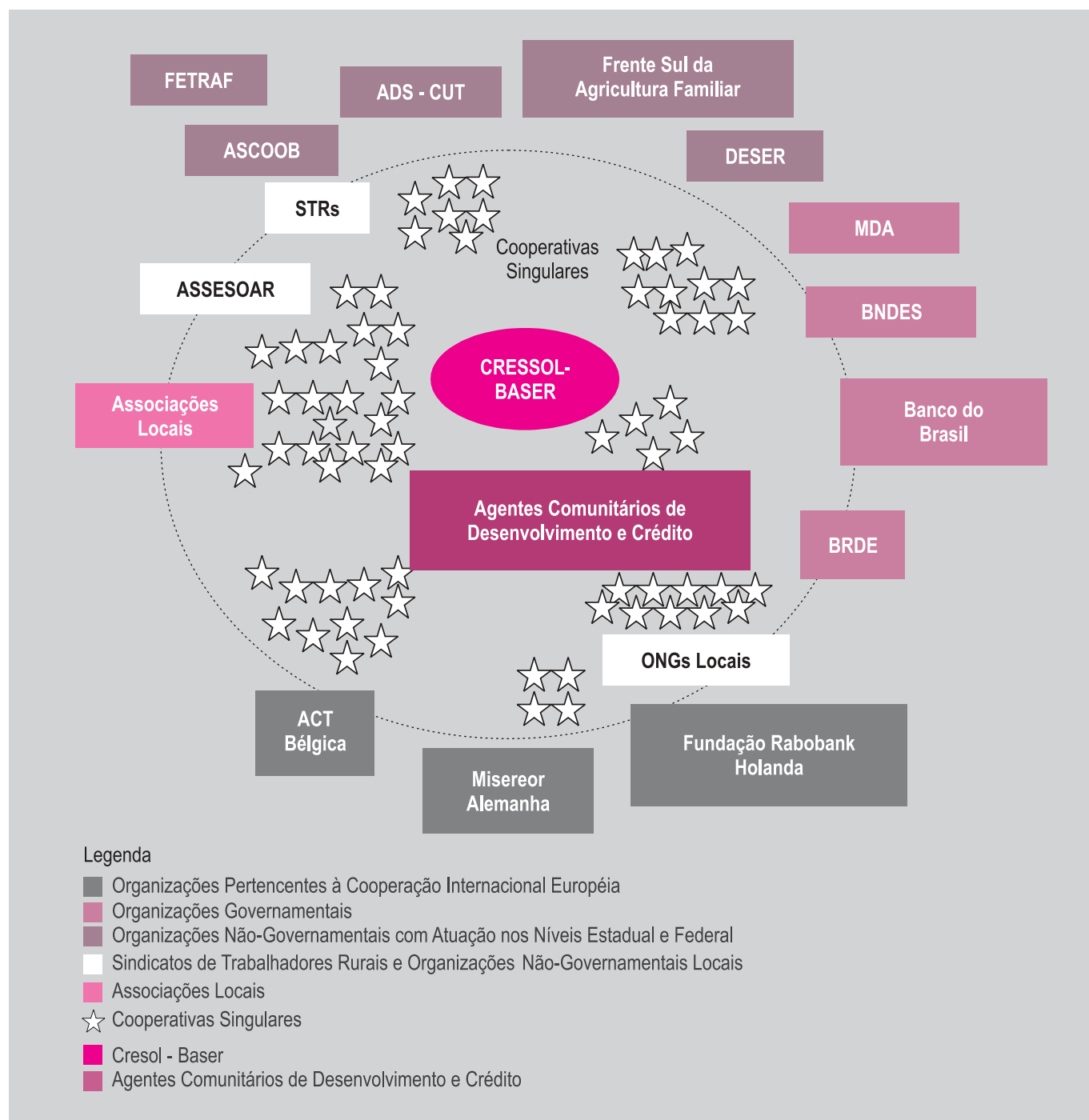
5.3.1. Atores externos

Na parte de fora do círculo pontilhado da figura, encontram-se os atores externos, com os quais o Sistema mantém relações. São grupos que vão além da rede de relações locais e que têm trazido ganhos significativos para o desenvolvimento da instituição.

- **Organizações Pertencentes à Cooperação Internacional Européia** — apóiam financeiramente o desenvolvimento de projetos locais a fundo perdido. Esses apoios legitimam internacionalmente o Sistema Cresol na União Européia.
- **Organizações Governamentais** — dentre elas bancos oficiais e, mais especificamente, um órgão da esfera federal ligado diretamente à agricultura familiar. As relações com esse grupo acontecem em diferentes níveis: prestação de serviços financeiros, repasse de recursos oficiais, apoio a projetos de fortalecimento institucional e articulação política.
- **Organizações Não-Governamentais com Atuação nos Níveis Estadual e Federal** — são entidades de representação política e de fomento e apoio aos anseios dos agricultores familiares. Projetos de pesquisa e de caráter técnico começam a ser realizados em parceria com organizações como a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS-CUT) e o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser).

5.3.2. Atores internos

Um outro grupo de atores está posicionado dentro e fora do círculo, isto é, são atores que estabelecem relações com o Sis-



A Rede do Sistema Cresol e Suas Relações

tema Cresol de uma maneira mais próxima e de forma mais horizontalizada, mas não fazem parte dele. Em algumas ocasiões, os cooperados participam, inclusive, dessas entidades.

- **Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Organizações Não-Governamentais Locais** — em todos os municípios onde estão presentes as cooperativas singulares existe a atuação

dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Em alguns casos, a parceria é bastante estreita, dividindo, inclusive, instalações e sedes. Em relação às Organizações Não-Governamentais (ONGs), essas têm atuação local ou regional, dependendo do tipo de atividade. Uma especial atenção deve ser dada à Assesoar, em função da sua importância histórica na constituição do Sistema Cresol.

- **Associações Locais** — representam uma importante força para o enraizamento das relações.

5.3.3. Atores componentes

Por último, há os atores componentes, aqueles que fazem funcionar e são a razão de ser dessa organização. A distinção dos entes desse complexo sistema é importante para entender como se dão as relações e os conseqüentes desafios a serem superados.

- **Cooperativas Singulares** — representam o sangue do sistema. São 67 organizações, que reúnem mais de 25.000 cooperados, cada uma com dinâmica própria e autonomia na tomada de decisões.
- **Cresol-Baser** — a Base de Serviços do Sistema Cresol passou a ser também, no final de 2000, a cooperativa central do Sistema em função de vantagens auferidas perante a legislação vigente. Sua importância estratégica deve-se ao fato de reunir uma série de recursos financeiros e técnicos legitimados pelas cooperativas singulares e utilizados como moeda de negociação nessa densa rede. Todas as negociações com os atores externos são feitas pela Central, que se constitui, de fato, em um representante fiel das cooperativas singulares.
- **Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito** — representam o pulmão do Sistema; são figuras responsáveis por manter em constante ligação a cooperativa singular e seus cooperados.

Por um lado, os atores componentes e suas relações marcam e reforçam a importância da rede associativa local. Por outro, a rede associativa local não é capaz de deflagrar um processo de desenvolvimento local por si só e garantir a dinamização social e econômica local (ABRAMOVAY, 2001b).

Sem dúvida, inovação é o que não falta na ampla rede tecida pelo Sistema Cresol. Considerando os fortes laços sociais co-

munitários, bem como a amplitude de relações com atores externos, apresentados no ecomapeamento, essa rede diversificada e coesa representa um capital social presente e, sobretudo, a desenvolver-se em qualquer futura estratégia de desenvolvimento local⁽¹⁴⁾.

5.4. O crescimento e o fortalecimento do Sistema Cresol no bojo da agricultura familiar e do Pronaf

O Sistema Cresol tem o mérito de conseguir realizar os empréstimos do Pronaf com custos financeiros e administrativos muito menores do que os bancários. Além disso, realiza operações como captação de poupança, empréstimos com recursos próprios e oficiais e emissão de talão de cheque (BITTENCOURT e ABRAMOVAY, 2001).

O Sistema Cresol chega ao final de 2002 com uma carteira de ativos de quase R\$ 100.000.000,00, repassando, na safra 2002-2003, um total de R\$ 48.000.000,00 de recursos oficiais referentes ao Pronaf Custeio e Investimento. Desse total, R\$ 12.000.000,00 foram destinados ao investimento e R\$ 36.000.000,00 ao custeio. A tabela 2 explicita a expressiva evolução do Sistema Cresol.

Ao utilizar o Pronaf Custeio, as cooperativas do Sistema Cresol receberam, na safra 2001-2002, 3% dos valores contratados⁽¹⁵⁾, dos 8,48% repassados ao Banco do Brasil pelo Tesouro a título de *spread*, ficando, entretanto, com 100% dos riscos de qualquer inadimplência e o total dos custos de operacionalização. O Banco do Brasil recebeu, ainda, R\$ 13,01 por contrato/mês (taxa administrativa) na mesma safra.

A impossibilidade de as cooperativas de crédito utilizarem recursos diretamente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a dificuldade de serem mais bem remuneradas pelo Banco do Brasil, no que tange às taxas de serviço e risco, fazem com que tenham dificuldades em capitalizar-se e expandir-se para atender outros agricultores familiares nessa linha de crédito. A tabela 3 demonstra o histórico dos gastos e dos ganhos comparativos.

Tabela 2

Comparação da Evolução do Sistema Cresol: 1996 a 2002

Indicadores	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Cooperativas	5	7	15	28	31	46	67
Associados	1.639	2.674	5.898	11.316	15.175	20.540	25.780
Pronaf Custeio (R\$ mil)	1.150,00	2.630,00	5.909,00	13.400,00	18.100,00	21.632,00	36.000,00
Pronaf Investimento (R\$ mil)		650,00	530,00	996,46	1.881,00	9.894,00	12.000,00
Total Repasse por Ano (R\$ mil)	1.150,00	3.280,00	6.439,00	14.396,46	19.981,00	31.526,00	48.000,00
Patrimônio Líquido ^(*) (R\$ mil)	101,00	308,00	682,00	1.853,00	3.173,00	6.110,00	8.600,00

(*) Soma dos valores referentes ao capital social e aos fundos de reserva.

Fonte: Michelin (2002), com base nos dados da Cresol-Baser.

Tabela 3

Histórico do Sistema Cresol em Repasses e Prestação de Serviços: Montante de Recursos de Pronaf Custeio

Safra	Valor Total (R\$)	Número de Operações	Taxa de Serviço Banco do Brasil (R\$)	Spread Banco do Brasil (R\$)	Taxa de Serviço Cresol (R\$)	Spread Cresol (R\$)
1996-1997	1.150.000,00	764	132.172,00	28.750,00	0,00	0,00
1997-1998	2.630.000,00	1.628	268.620,00	52.606,00	0,00	13.144,00
1998-1999	4.109.000,00	2.873	474.045,00	68.497,00	0,00	34.228,00
1999-2000	13.400.000,00	8.022	1.227.366,00	243.166,00	0,00	92.500,00
2000-2001	18.100.000,00	9.682	1.384.526,00	1.406.370,00	0,00	281.875,00
2001-2002	21.632.000,00	10.352	1.481.371,00	1.680.806,00	0,00	540.800,00
Total	61.021.000,00	33.321	4.968.100,00	3.480.195,00	0,00	962.547,00

Fonte: Cresol-Baser (2002b).

Observa-se, pelos dados da tabela 3, que o Banco do Brasil recebeu R\$ 8.448.295,00 (soma da taxa de serviço mais o *spread* bancário), 88,61% do total de recursos gastos com a operação, ficando o Sistema Cresol com R\$ 962.547,00, ou seja, 11,39%. Trata-se de um total de R\$ 9.410.842 (taxas de serviços pagas ao Banco do Brasil e *spread* pagos ao Banco do Brasil e ao Cresol — vale ressaltar que o Cresol não recebeu valor algum referente às taxas de serviço) para emprestar R\$ 61.021.000,00, ou seja, para cada Real emprestado, o governo desembolsou R\$ 0,31 (JUNQUEIRA, 2003).

Como o Sistema Cresol não tem o intuito de ser mero repassador do Pronaf Custeio, cresce anualmente o volume de recursos próprios captados e emprestados nas mais diversas modalidades, assim como o Pronaf Investimento. Esse aumento é bastante expressivo, mesmo considerando a elevação do número de associados.

5.5. Empréstando recursos próprios e captando poupança local

As cooperativas do Sistema Cresol estão atuando no financiamento com recursos próprios, atendendo cerca de 60% de seu quadro social. Existem quatro modalidades de recursos próprios:

- Contrato de Abertura de Crédito (CAC) — empréstimo pessoal com prazo máximo de quatro meses para pagamento. A taxa de juros varia de 4% a 4,75% ao mês.
- Cheque Especial — a taxa de juros é de 6,5% ao mês.
- Crédito Rural com Recursos Próprios (CRP) — um empréstimo rural com prazos de até quatro meses. A taxa de juros varia entre 2,5% e 2,9% ao mês; e o microcrédito, com taxa de juros de 2,0%.
- Bem-Estar Familiar — linha lançada mais recentemente, destina-se ao consumo de bens duráveis da família, como geladeira, fogão, utensílios etc. A taxa de juros é de 3% ao mês.

Para adquirir essa diversificação de serviços financeiros, o Sistema Cresol constituiu-se como uma organização creditícia que não fundamenta sua ação só no repasse de recursos oficiais subsidiados. Essa situação demanda, obrigatoriamente, captar poupança local dos cooperados para conseguir emprestar recursos próprios. E está aí um dos elementos centrais para garantir o alcance e a sustentabilidade da organização.

A capacidade de captar poupança local representa um passo significativo rumo à sustentabilidade. É unânime entre estudiosos do tema (MORDUCH, 1999; CGAP, 1998; SANTOYO e MUÑOZ, 1996) que organizações altamente dependentes de subsídios externos, tanto governamentais como não-governamentais, quando não estão fadadas à falência em um curto período de atuação, ficam à mercê do uso que as mantenedoras dos fundos querem dar aos recursos.

Os tomadores tendem a reembolsar em maior escala os empréstimos que provêm de fontes locais, em detrimento de financiamentos realizados por agências e bancos governamentais. O **dinheiro quente**, captado na localidade, cria responsabilidade e disciplina financeira em comparação com o **dinheiro frio**, proveniente de fontes externas⁽¹⁶⁾.

Do total de 25.780 sócios, 7.695 têm algum valor poupado no Sistema Cresol. Isso representa 30% do quadro de sócios⁽¹⁷⁾. Desses 7.695 sócios poupadores, em outubro de 2002, 31,3% poupavam menos do que R\$ 300,00. Esse dado demonstra a importância da poupança, mesmo que pequena, para o agricultor.

O aumento da capacidade de captar e emprestar recursos próprios vem revertendo a relação entre repasse de recursos oficiais *versus* o que é gerado de recursos próprios. No início do Sistema, essa relação atingia o patamar de 48,9%, isto é, para cada Real repassado de recurso oficial, o Sistema gerava R\$ 0,50 de recursos próprios. Atualmente, essa cifra gira na média de R\$ 0,70. Algumas cooperativas singulares se valem da criatividade para aumentar a captação de poupança, por meio de sorteios de animais, por exemplo. No final do mês, o coope-

rado terá direito a um cupom para cada Real depositado, que lhe dará direito a concorrer ao prêmio ofertado.

6. CONCLUSÕES

O objeto desta análise foi entender quais são e como se formam os mecanismos sociais promotores e indutores da sustentabilidade de uma organização de microfinanças de proximidade solidária, geradora de impacto positivo na vida de seus beneficiários. Desse modo, foi possível elaborar e aprimorar a hipótese central de que a constituição de grupos comunitários solidários cria um sistema eficaz de gestão e controle por meio de redes sociais, sustentadas pela articulação e pelos laços de confiança entre os agricultores e as organizações, que dinamizam as oportunidades sociais e financeiras de seus cooperados.

O Sistema Cresol tem mostrado sua imensa capacidade de articular-se com diversos atores sociais relevantes no cenário nacional. Essa conquista é fruto de muita luta política, mas também da capacidade e da competência gerencial e administrativa demonstrada por uma organização de agricultores familiares, que há pouco mais de seis anos nem existia. O rápido crescimento parece não estar causando uma ruptura entre dois componentes fundamentais para um sustentável processo de desenvolvimento: de um lado, esse capital social, que emana da coesão dentro do próprio grupo ou comunidade; do outro, a capacidade de transformar esse capital social em capital produtivo e desenvolvimento, ampliando o círculo de relações para além da esfera local. Os indícios apontam para o fortalecimento desses dois tipos de relação: a coesão interna está sendo fomentada por programas como o dos agentes comunitários de desenvolvimento e crédito e por permanente debate e discussão das organizações que compõem essa densa rede associativa; e a ampliação da participação em redes, nas esferas nacional e

inter-setorial, está trazendo legitimação em diferentes arenas sociais, econômicas e políticas. As redes constituídas em suas bases por agricultores familiares — que em sua maioria fizeram parte das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e têm participação direta ou indireta nas organizações sociais locais — fomentam as relações de confiança, reduzem custos de transação e aceleram os fluxos de informação e a inovação.

Outra consideração a fazer é que essa importante inovação institucional está sendo capaz de transferir recursos oficiais para os agricultores, de forma mais barata e mais eficiente do que o governo. Porém, esse aspecto, que já representou um grande trunfo há poucos anos, torna-se menos expressivo em comparação com os ingredientes fundamentais para a construção de um sistema de microfinanças de proximidade. A capacidade de captação de poupança por parte do Sistema e sua capilaridade, pela formatação de programas que começam a atender às reais necessidades dos potenciais beneficiários, abrem um vasto campo de estudo sobre aspectos fundamentais para a definição de políticas públicas no campo das microfinanças de proximidade.

A virtude da rede social na qual se estabelecem as inúmeras relações entre indivíduos e organizações, assim como o desenho de programas que atendam às reais necessidades dos beneficiários, revelaram-se ingredientes fundamentais e indispensáveis para a sustentabilidade de um sistema de microfinanças de proximidade. Portanto, pensar em generalizar ou multiplicar um arranjo institucional como esse para outras regiões do Brasil e do mundo não deve prescindir de uma profunda análise à respeito do ambiente em que se estará atuando. Seguir os passos e os procedimentos adotados pelo Cresol não pode garantir o sucesso de futuras iniciativas, entretanto pode sim contribuir para o desenvolvimento de sistemas de microfinanças em que a sustentabilidade seja um princípio de atuação a ser considerado desde a sua concepção. ♦

NOTAS

- (1) Adota-se aqui a definição de custo de transação baseada em North (1990): custo de transação diz respeito à informação e à incerteza. São as razões que fazem com que as decisões dos agentes não reflitam simplesmente, com frequência, um cálculo de custo oportunidade.
- (2) Ver Stiglitz e Weiss (1981).
- (3) Ver Gonzalez Vega (1998).
- (4) BAAC, da Tailândia; BCS, da Colômbia; BRI Unidad Desa, da Indonésia; e RBP, das Filipinas.
- (5) Uma tradução para o português poderia ser fungibilidade: refere-se ao caráter fluido e dinâmico do crédito, à sua plasticidade funcional que o faz servir ao mesmo tempo às necessidades do negócio e da família.
- (6) Chayanov (1986), em seus estudos sobre o campesinato russo, já havia mostrado que a fusão entre a unidade de produção e a de consumo é o traço característico das famílias camponesas e das que vivem do artesanato.
- (7) Nesses modelos, os membros contribuem regularmente com uma quantia semanal ou mensal para um fundo cujo montante é recebido — e, após o prazo estipulado, devolvido — pelos membros do grupo, um de cada vez, a intervalos regulares, normalmente de uma semana, uma quinzena ou um mês.

NOTAS

- (8) Tradução livre do termo *embeddedness*.
- (9) Os métodos bancários convencionais de desenvolvimento da **clientela** supõem identificação de uma população-alvo, realização de uma mala-direta, contatos telefônicos e marcação de encontros, pois não existe laço social algum, direto ou indireto, preliminar à relação comercial entre o agente econômico e o potencial tomador.
- (10) Por princípio cooperativista, todos os sócios teriam essa relação durável enquanto tivessem integralizado suas cotas-partes na cooperativa. Entretanto, é notório que essa relação muitas vezes não passa de meramente mercantil para garantir o acesso aos serviços financeiros ofertados pela cooperativa.
- (11) Organização Não-Governamental (ONG) local formada em 1962, cujo trabalho de base responde, em grande parte, pela densidade do tecido social e organizativo da região.
- (12) Os primeiros dirigentes do Sistema Cresol, por considerarem-se incapazes de fazer a gestão administrativo-financeira de uma organização dessa natureza, buscaram profissionais com experiência na área, para administrar suas cooperativas. Os resultados dessa decisão quase levaram as cooperativas à bancarrota nos seus primeiros anos de vida. Desvios de recursos e má administração, fora dos princípios e valores do Sistema, aliados à inexperiência inicial, levaram os índices de inadimplência às alturas. Após esse difícil início, a necessidade fez com que a formação do quadro de dirigentes passasse a ser uma prioridade pautada no trabalho denominado “controle social do crédito” (JUNQUEIRA, 2003, p.90).
- (13) Somatória dos depósitos à vista e a prazo dos associados.
- (14) Não é por acaso que o ex-presidente do Sistema Cresol, Assis do Couto, se elegeu para uma cadeira na Câmara Federal no pleito de 2002. Em sua primeira eleição a um cargo proporcional, obteve a extraordinária votação de 43.869 votos no estado do Paraná. Trata-se de resultado bastante expressivo, jamais alcançado por representante de uma organização dessa natureza. Isso reafirma a importância da dinâmica interativa e indispensável entre a coesão dos laços locais aliados, de um lado, e a capacidade de articulação e pactuação com vasta gama de atores sociais, de outro.
- (15) Na safra 2000-2001, o Sistema Cresol recebeu 1,5% de *spread*.
- (16) Vale ressaltar que as cooperativas de crédito rurais têm a obrigação legal de emprestar nos municípios de abrangência e não são obrigadas a recolher compulsório, como os bancos comerciais.
- (17) Essa porcentagem não diz respeito ao capital social dos cooperados. No caso do capital social, todos são obrigados a integralizar suas cotas-partes. Esse valor totalizava R\$ 7.127.823,40 em outubro de 2002, com média de R\$ 276,48 por sócio.

REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. (1981). *Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense*. 1981. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- _____. *Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro*. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Projeto Dom Helder Câmara, 2001a. Mimeo.
- _____. *Conselhos além dos limites. Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, Dossiê Desenvolvimento Rural, São Paulo, v.15, n.43, p.121-140, set./dez. 2001b.
- ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL (Assesoar). *Uma história em construção: 32 anos fortalecendo a agricultura familiar*. Francisco Beltrão: Assesoar, 1997.
- AXELROD, Robert. *The complexity of cooperation: agent-based models of competition and collaboration*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1997.
- BITTENCOURT, Gilson; ABRAMOVAY, Ricardo. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL, 2., 2001. *Anais...* Campinas, 2001. 01 CD ROM.
- CALLON, Michel. *The laws of the markets*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.
- CHAYANOV, Alexander V. *Theory of peasant economy*. Manchester: Manchester University Press, 1986.
- CLEREX, Luis et al. *Servicios financieros rurales y economia campesina sostenible: un estudio de caso en el departamento de Lempira, Honduras*. San José, Costa Rica: CDR-ULA, 2000. Mimeo.

- COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, Chicago, v.94, supplement, p.95-120, 1988.
- CONSULTANTIVE GROUP TO ASSIST THE POOREST OF WORLD BANK (CGAP). *Estrategias de movilización del ahorro*: enseñanzas derivadas de cuatro casos. Washington: Grupo de Trabajo sobre el Ahorro, 1996. Mimeo.
- _____. *Format for appraisal of microfinance institutions*. Washington: CGAP, Secretariat, Oct. 1998.
- CRESOL-BASER. *Indicadores de gestão agroecológica*. Relatório Interno. Francisco Beltrão: Cresol-Baser, 2002a. Mimeo.
- _____. *Os números do sistema*. Relatórios Administrativos e Financeiros. Francisco Beltrão: Cresol-Baser, out. 2002b. Mimeo.
- FERRARY, Michel. Confiance et accumulation de capital social dans la régulation des activités de crédit. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v.XL, n.3, p.559-586, 1999.
- FIEBIG, Michael; HANNING, Alfred; WISNIWSKI, Sylvia. *Savings in the context of microfinance*: state of knowledge. Eschborn: Consultative Group to Assist the Poorest (CGAP) of World Bank — Working Group on Savings Mobilization, 1999.
- GENTIL, Dominique; NIEUWKERK, M. *Microfinance*: orientations méthodologiques. Bruxelles: Commission Européenne, 1998.
- GONZALEZ VEGA, Cláudio. Servicios financieros rurales: experiencias del pasado, enfoques del presente. *Economics and Sociology Occasional*. Paper n.2530. Columbus, Ohio: The Ohio State University, 1998.
- _____. Uma visão geral das microfinanças. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MICROFINANÇAS, 2000. *Anais...* Rio de Janeiro: BNDES, 2000.
- GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, v.91, n.3, p.481-510, Nov. 1985.
- HOFF, Karla; BRAVERMAN, Avishay; STIGLITZ, Joseph. *The economics of rural organization*. Washington: World Bank/ Oxford University Press, 1993.
- JUNQUEIRA, Rodrigo G.P. *Finanças solidárias e agricultura familiar*: o Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária. 2003. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- LAPENU, C.; WAMPFLER, Betty. *Le microfinancement dans les pays en développement*: évolution, théories et pratiques. Montpellier: Cirad, 1997.
- LARGE, Martin. Eco-mapping: how to avoid boiled frogs. *NPI — Bulletin*: 14-18, 1991.
- LEDGERWOOD, Joanna. *Microfinance handbook*: an institutional and financial perspective. Washington, D.C.: World Bank, 1999.
- MICHELON, Adriano. *A evolução financeira do Sistema Cresol*. Francisco Beltrão: Cresol-Baser, 2002. Mimeo.
- MIRANDA, Cláudio; ABRAMOVAY, Ricardo. *Avaliação do fundo rotativo operacionalizado pelo Centro Vianei de Educação Popular*. Lages, 1996. Mimeo.
- MORDUCH, Jonathan. The microfinance promise. *Journal of Economic Literature*, v.XXXVII, p.1569-1614, Dec. 1999.
- _____. The microfinance schism. *World Development*, Great Britain, Elsevier Science, v.28, n.4, p.617-629, Oct. 2000.
- NORTH, Douglas. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OTERO, Maria; RHYNE, Elisabeth (Org.). *The new world of microenterprise finance*: building healthy financial institutions for the poor. Connecticut: Kumarian Press, 1994.
- PAXTON, Julia. *Determinants of successful group loan repayment*: an application to Burkina Faso. 1996. Thesis (Ph.D) — Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, Ohio State, Columbia, The United States.
- ROBINSON, Marguerite. Savings mobilizations and microenterprise finance: the Indonesian experience. In: OTERO, Maria; RHYNE, Elisabeth (Ed.). *The new world of microenterprise finance*: building healthy financial institutions for the poor. West Hartford: Kumarian, 1994. p.27-54.
- RUTHERFORD, Stuart. *The poor and their money*. Manchester: Institute for Development Policy/ University of Manchester, 1998.
- SANTOYO, Horacio; MUÑOZ, Manrubio. Hacia el desarrollo de instituciones financieras rurales viables. In: SANTOYO, H.; MUÑOZ, M. *Visión y misión agroempresarial*. México: Universidad Autónoma Chapingo, 1996. p.253-328.
- SERVET, Jean-Michel; VALLAT, David (Org.). *Exclusion et liens financiers*. Rapport du Centre Walras. Paris: Economica, 2001.
- STIGLITZ, Joseph; WEISS, A. Credit rationing in markets with imperfect information. *The American Economic Review*, USA, v.71, n.3, p.393-410, June 1981.
- YARON, Jacob. What makes rural finance institutions successful? *World Bank Research Observer*, Washington, v.9, n.9, p.49-70, 1994.
- YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.
- ZELLER, Manfred; SHARMA, Mahomar. *Rural finance and poverty alleviation*. Food Policy Report. Washington: International Food Policy Research Institute (IFPRI), 1998. Disponível em: <http://www.ifpri.org>. Acesso em: 10 jul. 2002.

ABSTRACT

Solidary microfinance sustainability

The present study investigates an emblematic Brazilian case of cooperatives organized into a network, Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol System of Rural Credit Cooperatives with mutually binding Interaction), which operates in the three Southern most states in the country with a view to diminishing various costs and to expand its reach through mechanisms of social control of financial services. The main objective here was to understand how social mechanisms are formed and stimulated to induce the sustainability of a microfinance organization of mutually binding proximity which generates positive impact on the life of the beneficiaries. The work examines the structure and the functioning of the Sistema Cresol to understand what mechanisms are used by the organization for increase the diffusion capacity of the credit. The networks which are constituted by family farmers have direct or indirect participation in local social organizations promoting relationships of trust, reducing transaction costs and accelerating the flow of information and innovation. The value of the social network where innumerable relations are established between individuals and organizations, as well as the outlining of programs seeking to attend to the real needs of the beneficiaries, proved to be fundamental for the sustainability of a system of mutually binding microfinances.

Uniterms: proximity finances, microcredit, microfinance, family farmers, social networks.

RESUMEN

La sustentabilidad de las microfinanzas solidarias

El sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural con Interacción Solidaria actúa en los tres estados de la región sur del país y busca ampliar el alcance social de la oferta de un conjunto variado de servicios financieros. En este trabajo, se pretende entender cuáles son y cómo se forman los mecanismos sociales promotores e inductores de la sustentabilidad de una organización de microfinanzas de proximidad solidaria, generadora de impacto positivo en la vida de sus beneficiarios. Se estudian la estructura y el funcionamiento del sistema Cresol y sus articulaciones, así como los mecanismos usados por la organización para aumentar la capilaridad del crédito y de otros servicios financieros. Las redes, constituidas en sus bases por agricultores familiares, tienen participación directa o indirecta en las organizaciones sociales locales, fomentan las relaciones de confianza, reducen costos de transacción y aceleran los flujos de información y la innovación. Esa red social — en la que se establecen las innumerables relaciones entre individuos y organizaciones — y el diseño de programas que buscan atender a las verdaderas necesidades de los beneficiarios son ingredientes fundamentales para la sustentabilidad de un sistema de microfinanzas de proximidad.

Palabras clave: finanzas de proximidad, microcrédito, microfinanzas, redes sociales, agricultura familiar.

**CADERNO DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA
FEA/USP**

O Caderno de Pesquisas em Administração é uma publicação trimestral para divulgação de trabalhos de natureza acadêmica, com temas relacionados à Administração. Nossos principais colaboradores são alunos e professores de Programas de Pós-graduação em Administração e alunos da graduação com orientação e co-autoria de professores. Todos os trabalhos publicados são avaliados em relação ao conteúdo e à metodologia.

Maiores informações: Editoria do Caderno de Pesquisas em Administração
E-mail: cpa@edu.usp.br
<http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq>

